

3.1 — Serão considerados os seguintes parâmetros: interesse pela função, autodomínio, autoconfiança, influência, trato, capacidade de raciocínio, modo de expressão, apresentação, cultura geral e conhecimentos de informática. Cada parâmetro terá três níveis de apreciação pontuados com 2, 1 e 0 valores, o mais alto, o médio e o mais baixo, respectivamente.

4 — A cotação de cada um dos métodos de selecção variará de 0 a 20 valores, resultando a classificação final da média aritmética.

5 — Composição do júri — o júri terá a seguinte composição:

Concurso n.º 116/2007:

Presidente — Prof. António Correia Pinto, vereador.

Vogais efectivos:

Dr.ª Cristina Andrade, directora de departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Arquitecto Luís Miranda, director municipal.

Vogais suplentes:

Dr.ª Rute Rijo, chefe de divisão.

Arquitecta Isabel Flores, directora de departamento.

Concurso n.º 302/2007:

Presidente — Fernando Rocha, vereador.

Vogais efectivos:

Dr.ª Clarisse Castro, directora de departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Ana Luísa Ramos, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Maria Branca Bulhosa, coordenadora dos técnicos profissionais de biblioteca e documentação.

Dr. Joel Cleto, chefe de divisão.

Concurso n.º 306/2007:

Presidente — Prof. António Correia Pinto, vereador.

Vogais efectivos:

Dr.ª Cristina Andrade, directora de departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Comandante António Rosa, director de departamento.

Vogais suplentes:

Dr.ª Rute Rijo, chefe de divisão.

Açucena Coimbra, chefe de secção.

Concurso n.º 307/2007:

Presidente — Dr. Nuno Oliveira, vice-presidente.

Vogais efectivos:

Arquitecto Luís Miranda, director municipal, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Engenheiro Joaquim Sousa, director municipal.

Vogais suplentes:

Arquitecta Isabel Flores, director de departamento.

Arquitecto João Ferreira, director de departamento.

Concurso n.º 308/2007:

Presidente — Fernando Rocha, vereador.

Vogais efectivos:

Engenheiro Manuel Orvalho, director de departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Maria José Rodrigues, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Dr.ª Aurora Costa, técnica superior de *marketing* de 1.ª classe.

Dr.ª Inês Oliveira, técnica superior de *marketing* de 1.ª classe.

Concurso n.º 407/2007:

Presidente — Prof. António Correia Pinto, vereador.

Vogais efectivos:

Dr.ª Cristina Andrade, directora de departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Arquitecta Isabel Flores, directora de departamento.

Vogais suplentes:

Engenheiro Luís Garcia, director de departamento.

Comandante António Rosa, director de departamento.

6 — Legislação aplicável — aos concursos aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na sua actual redacção, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Candidatos:

Concurso n.º 116/2007 — podem concorrer os técnicos superiores assessores licenciados em Serviço Social, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Concursos n.ºs 302, 306, 307 e 308/2007 — podem concorrer os técnicos profissionais nas respectivas áreas de curso tecnológico de grau III da UE, nos termos das alíneas *b*) e *c*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Concurso n.º 407/2007 — podem concorrer os assistentes administrativos principais, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Requisitos gerais de admissão — são requisitos de admissão os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Matosinhos.

9 — Remuneração — os cargos a prover serão remunerados de acordo com o disposto no sistema retributivo da administração local (anexos ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro).

10 — Formalização de candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em folha de papel normalizado A4, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos ou enviado pelo correio em carta registada com aviso de recepção para a Câmara Municipal de Matosinhos, Departamento de Recursos Humanos, Avenida de D. Afonso Henriques, 4454-510 Matosinhos, onde indiquem os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número, data de emissão, validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, código postal, localidade e número de telemóvel);

b) Certificado de habilitações literárias donde conste a média final do curso;

c) Categoria a que se candidata, com identificação do respectivo concurso, mediante referência ao número do aviso de abertura;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito.

10.2 — Juntamente com o requerimento de admissão, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae* devidamente datado e assinado;

b) Declaração emitida pelo respectivo serviço comprovativa da categoria, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na Administração Pública e especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa;

c) Documento comprovativo das classificações de serviço, quantificadas, dos últimos três anos.

10.3 — Os candidatos que sejam funcionários da Câmara Municipal de Matosinhos estão dispensados de apresentar os documentos que constam já dos seus processos individuais.

Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos — a lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista classificativa, serão afixadas em expositores no edifício dos Paços do Concelho.

11 — Igualdade de oportunidades — em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.

2611062540

CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Aviso n.º 22 309/2007

Nomeação

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no artigo 20.º, prevê que o recrutamento para titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau é efectuado de entre funcionários dotados de com-

petência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúnam, cumulativamente, a titularidade de uma licenciatura e quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo ingresso seja legalmente exigível uma licenciatura;

Terminado o prazo para aceitação de candidaturas ao concurso com vista ao provimento do cargo de chefe da Divisão de Acção Social e Educação, publicado no *Diário da República*, n.º 167, de 30 de Agosto de 2007, pelo aviso n.º 15 987/2007, e no jornal *O Público* do dia 2 de Setembro, e divulgado na bolsa de emprego público entre 31 de Agosto e 14 de Setembro, foram admitidas ao concurso as candidatas Maria Clara da Costa Rodrigues e Maria Luísa Dias Gomes. Apreciadas as candidaturas pelo júri designado para o efeito, foi deliberado que a candidata Maria Luísa Dias Gomes reúne os requisitos definidos no artigo 20.º da referida lei e detém o perfil pretendido e adequado para prosseguir as atribuições e objectivos da respectiva unidade orgânica, como se evidencia na nota curricular anexa ao presente aviso.

Face ao exposto, determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, com a redacção da Lei n.º 5-A/2002, e pelo artigo 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, conjugado com o artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, a nomeação da funcionária Maria Luísa Dias Gomes, técnica superior assessora, para o cargo de chefe da Divisão de Acção Social e Educação, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

Nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o provimento é feito por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir da data do presente aviso.

23 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Rui Esteves Solheiro*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria Luísa Dias Gomes.
Habilitações académicas — licenciatura em Serviço Social.
Naturalidade — Corticó, Fornos de Algodres.
Percurso profissional no município de Melgaço:

A 30 de Junho de 1995, ingressou no quadro de pessoal do município como técnica superior estagiária;

A 16 de Outubro de 1996, tomou posse como técnica superior de serviço social de 2.ª classe;

A 3 de Abril de 2000, foi promovida a técnica superior de serviço social de 1.ª classe;

A 20 de Novembro de 2003, foi promovida a técnica superior de serviço social principal;

A 27 de Setembro de 2007, foi promovida na categoria de técnico superior de serviço social assessor;

Exercendo funções e desenvolvendo projectos de índole social, não descurando a vertente formativa, sendo que tem participado em inúmeras formações, estando actualmente a frequentar o mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, ministrado pela Universidade do Minho.

2611062405

Aviso n.º 22 310/2007

Nomeação

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no artigo 20.º, prevê que o recrutamento para titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau é efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúnam, cumulativamente, a titularidade de uma licenciatura e quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo ingresso seja legalmente exigível uma licenciatura, e terminado o prazo para aceitação de candidaturas ao concurso com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão de Cultura, Museus e Património, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30 de Agosto de 2007, pelo aviso n.º 15 989/2007, no jornal *O Público* do dia 2 de Setembro e divulgado na bolsa de emprego público entre 31 de Agosto e 14 de Setembro, foram admitidas ao concurso as candidatas Angelina Maria Esteves e Isabel Margarida Teixeira Dias de Bessa Garcia. Apreciados os critérios de avaliação das provas de selecção, avaliação curricular e entrevista profissional de selecção pelo júri designado para o efeito, foi deliberado que a candidata Angelina Maria Esteves reúne os requisitos definidos no artigo 20.º da referida lei e detém o perfil pretendido e adequado para prosseguir as atribuições e objectivos da respectiva unidade orgânica, como se evidencia na nota curricular anexa ao presente aviso.

Face ao exposto, determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, com a redacção da Lei n.º 5-A/2002, e pelo artigo 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004,

de 20 de Abril, a nomeação da funcionária Angelina Maria Esteves, técnica superior de 1.ª classe, para o cargo de chefe de divisão de Cultura, Museus e Património, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

Nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o provimento é feito por urgente conveniência de serviço com efeitos a partir da data do presente aviso.

23 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Rui Esteves Solheiro*.

Nota curricular

Nome — Angelina Maria Esteves.
Habilitações académicas — licenciatura em Ciências Históricas.
Naturalidade — Vila, Melgaço.
Percurso profissional no município de Melgaço:

Desde Novembro de 2006 — responsável pela coordenação da Divisão de Cultura, Museus e Património;

2005 — responsável pelo trabalho de investigação dos conteúdos para criação do espaço museológico Memória e Fronteira;

Desde Junho de 2005 — responsável pelo Museu de Cinema de Melgaço Jean Loup Passek;

Desde Maio de 2004 — responsável pelo Núcleo Museológico de Castro Laboreiro;

Desde 2002 — colaboração na montagem da exposição do Núcleo Museológico de Castro Laboreiro;

2001 — responsável pela musealização das Ruínas Arqueológicas da Praça da República;

Em 1 de Abril de 1999 — contratada pela Câmara Municipal de Melgaço como técnica superior de 2.ª classe na área de história, sendo desde essa data responsável pelo Núcleo Museológico — Torre de Menagem;

Em 29 de Maio de 2001 — celebrou com a Câmara Municipal de Melgaço um contrato administrativo de provimento na categoria de estagiária;

Em 26 de Setembro de 2001 — tomou posse como técnica superior de 2.ª classe;

Em 1 de Abril de 2005 — promovida a técnica superior de 1.ª classe; A par da intensa actividade profissional a nomeada mantém um regular interesse na sua formação, contando já, entre outras acções de formação, com dois cursos de pós-graduação, um em Gestão Estratégica do Património na Administração Pública e Autárquica e outra em Museologia.

2611062406

Aviso n.º 22 311/2007

Nomeação

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no artigo 20.º, prevê que o recrutamento para titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau é efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúnam, cumulativamente, a titularidade de uma licenciatura e quatro anos de experiência profissional em carreiras para cujo ingresso seja legalmente exigível uma licenciatura;

Terminado o prazo para aceitação de candidaturas ao concurso com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão de Desenvolvimento Económico, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30 de Agosto de 2007, pelo aviso n.º 15 988/2007, e no jornal *Público* do dia 2 de Setembro, e divulgado na bolsa de emprego público entre 31 de Agosto e 14 de Setembro, foi admitida ao concurso apenas a candidata Maria Isabel Fernandes Domingues Gonçalves, que, apreciada a candidatura pelo júri designado para o efeito, foi deliberado que a mesma reúne os requisitos definidos no artigo 20.º da referida lei e detém o perfil pretendido e adequado para prosseguir as atribuições e objectivos da respectiva unidade orgânica, como se evidencia na nota curricular anexa ao presente aviso.

Face ao exposto, determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, com a redacção da Lei n.º 5-A/2002, e pelo artigo 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, a nomeação da funcionária Maria Isabel Fernandes Domingues Gonçalves, técnica superior assessora, para o cargo de chefe de divisão de Desenvolvimento Económico, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

Nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o provimento é feito por urgente conveniência de serviço com efeitos a partir da data do presente aviso.

23 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Rui Esteves Solheiro*.